



CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: IMPLICAÇÕES CAUSAIS NA REALIDADE PARANAENSE

Daiane Vieira Santos (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Rafael da Silva (Orientador), e-mail: daianehip2010@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas/Ivaiporã, PR.

Ciências Humanas e Ciência Política

Palavras-chave: Conselhos Gestores, Democracia, Sociedade Civil.

Resumo:

Após a redemocratização, os Conselhos Gestores se tornaram instituições partícipes fundamentais no exercício do controle das ações estatais naquilo que ficou conhecido como controle social das políticas públicas. Com isso houve uma expansão dessa forma de controle para as mais diversas áreas e com os mais diversos desenhos. Passados mais de duas décadas da nova constituição e do novo momento na vida nacional, a grande questão que se coloca é no que diz respeito a efetividade de tais controles. Para contribuir com esse debate, que está sendo encabeçado por diversos estudiosos e instituições como o Instituto de pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), essa proposta de trabalho visa auferir a efetividade do controle social na política de assistência social nos municípios do Estado do Paraná.

Introdução

Com a Constituição Federal de 1988, vários espaços participativos foram institucionalizados, dando lugar a participação popular no âmbito do controle social de segmentos específicos de políticas públicas. Dentre esses espaços, temos como referência os conselhos Gestores, que foram espaços construídos visando a participação e a representação da sociedade civil e que também, são amparados por legislação nacional e apresentam um caráter decisório, atuando nas três esferas governamentais: município, estado e no plano nacional. Ao falar de conselhos gestores como um arranjo





institucional participativo, devemos primeiramente ter em mente que estamos nos reportando a um tema de grande relevância para o Brasil pós 1988, e que estes arranjos participativos, foram frutos das lutas por redemocratização no país no final da década de 1970.

De acordo com Gohn (2000), os conselhos gestores de políticas públicas não são novos na história, são uma invenção antiga quanto a própria democracia participativa e datam suas origens nos clãs visigodos. Dessa forma, os conselhos estiveram presentes em outros momentos históricos como a Comuna de Paris, os Conselhos dos Sovietes Russos e os Conselhos dos Operários de Turim, sendo estes os conselhos mais conhecidos. Então foi nos anos 1990, que no contexto brasileiro, surgiram os conselhos gestores, inscritos na Constituição de 1988, de caráter institucional, tendo por finalidade ser instrumentos mediadores na relação sociedade e Estado, considerando que eles são resultados de lutas populares e de pressão da sociedade civil.

Apresentam “atribuições legalmente estabelecidas no plano da formulação e implementação das políticas na respectiva esfera governamental, compondo as práticas de planejamento e fiscalização das ações. São também concebidos como fóruns públicos de captação de demandas e pactuação de interesses específicos dos diversos grupos sociais e como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho de Estado”. Estão voltados para a garantia de universalização dos direitos sociais (LUCHMANN, 2009, p.89)

Assim, são usados como caminhos para uma transformação na vida política, pois são instrumentos de expressão, representação e participação na elaboração das políticas, e se cumprido realmente o seu papel, dão um novo formato as políticas sociais. De acordo com Almeida e Tatagiba (2012) eles já alcançaram a sua maioria, não são mais vistos como “apostas” e sim como espaços participativos que contribuem para uma institucionalidade democrática, sendo composto por representantes estatais, representantes da sociedade civil e de prestadores de serviços públicos, o que contribui para um processo decisório mais acessível aos diversos interesses implicados na elaboração e execução das políticas públicas, favorecendo decisões mais justas e legítimas.



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior



As áreas básicas dos conselhos gestores, consideradas estratégicas pela Constituição de 1988, são a educação, assistência social, saúde, habitação e criança e adolescente. Áreas de extrema importância para promoção da articulação entre os níveis Federal, Estaduais, Municipais e atores da Sociedade Civil, estimulando a proliferação de dezenas de outros conselhos nos mais diversos setores.

Materiais e métodos

Este trabalho está vinculado a um projeto de pesquisa intitulado “Efetividade do controle social na política de assistência social”, financiado pelo CNPq/MDS e coordenado pela professora Carla Almeida (UEM) e conta com mais dois outros professores na equipe de pesquisadores, professor Rafael da Silva (UEM) e Euzeneia Carlos (UFES). Dessa forma, foi utilizado bibliografias utilizadas no projeto para a elaboração deste artigo. A escolha da bibliografia se dava por meio de reuniões feitas uma vez na semana com o orientador.

Resultados e Discussão

Este trabalho possibilitou a compreensão dos espaços participativos e do que eles significam. No que diz respeito a pesquisa em si, o que podemos constatar, é que as regiões com maiores médias é o Centro Ocidental Paranaense com 0.528¹, o Oeste Paranaense com 0.516², o Sudoeste Paranaense com 0.514³ e a Região Metropolitana de Curitiba com 0.517⁴. Já as regiões com as menores médias estão o Noroeste Paranaense com 0.474⁵, o Norte Central Paranaense com 0.474⁶, o Norte Pioneiro Paranaense com 0.469⁷, o Centro Sul Paranaense com 0.435⁸, e o Sudeste Paranaense com 0.482⁹. Em relação, ao desvio padrão (DP), medida que

¹ Onde se localiza Campo Mourão.

² Onde se localizam Cascavel e Foz do Iguaçu.

³ Onde se localiza Francisco Beltrão.

⁴ Onde está a capital do estado, Curitiba.

⁵ Onde se localizam Paranavaí e Umuarama.

⁶ Onde se localizam Maringá e Londrina.

⁷ Onde se localizam Cornélio Procópio e Jacarezinho.

⁸ Onde se localiza Guarapuava.

⁹ Onde se localizam União da Vitória e Irati.





indica a existência de desigualdades na mesorregião, as que possuem maior DP são o Norte Central Paranaense que possui 0.139, além de possuir um baixo desempenho, o Norte Pioneiro Paranaense com 0.127 que também possui um baixo desempenho, o Centro Sul Paranaense com 0.131, possuindo também um baixo desempenho e a Região Metropolitana de Curitiba com 0.133 sendo a única com alto desempenho. Portanto, exceto a mesorregião metropolitana, as demais citadas acima, além de apresentar baixo desempenho no IEP, apresentam grandes heterogeneidades internas.

Conclusões

Este estudo proporcionou uma visão mais ampla acerca dos municípios paranaenses no que diz respeito ao andamento da Política de Assistência Social, tanto nos efeitos quanto nos seus resultados. Ainda, auxiliará os municípios a visualizar como está o desempenho da Política na sua região, considerando que dentre as regiões que apresentam uma certa desigualdade esta o Norte Central Paranaense que possui 0.139, além de possuir um baixo desempenho, o Norte Pioneiro Paranaense com 0.127 que também possui um baixo desempenho, o Centro Sul Paranaense com 0.131, o que significa que essas regiões não estão se desenvolvendo e possuem certas fragilidades.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual de Maringá por me proporcionar essa oportunidade, agradeço a Fundação Araucária por financiar a pesquisa e agradeço meu orientador Rafael que foi quem me incentivou a participar do projeto.

Referências

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n.109, p.68-92, jan/mar.2012.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Orçamento Participativo e inovação democrática: um balanço da literatura. **LASA**, Chicago, p. 1-33, maio. 2014.

SILVA, Rafael da; ALMEIDA, Carla; CARLOS, Euzenéia. A efetividade da participação na política de assistência social: institucionalização, deliberação e representação nos conselhos gestores dos municípios brasileiros. In: II Encontro Internacional, 2015. Anais...Campinas: Unicamp, 2015. p.1-25.

